



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes 16 de outubro de 2015

No dia dezesseis de outubro de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rota de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Pizzaiolo; da diretoria do Polo de Inovação Embrapa, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb; do campus Centro-Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Renato Miranda; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Política de Segurança da Informação; 3. Processo 23155.000372/2015-62 - Apreciação da oferta do Curso de Engenharia de Controle e Automação do campus Linhares; 4. Processo 23148.001183/2015-04 - Apreciação da proposta de Curso Superior de Engenharia Mecânica do campus Vitória; 5. Processo 23152.000695/2015-86 Apreciação da oferta do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio do campus Viana; 6. Processo 23159.000392/2015-01 Apreciação da oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente Concomitante ao Ensino Médio do campus Nova Venécia; 7. Processo 23158.000396/2015-91 – Apreciação da oferta do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Concomitante ao Ensino Médio do campus Serra; 8. Processo 23148.000167/2015-96 – Apreciação da oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio do campus Vitória; 9. Processo 23187.000352/2015-14 – Apreciação da oferta do Curso de Mestrado Profissional em Tecnologias Química e Biológica do campus Vila Velha; 10. Processo 23148.001527/2015-77 – Apreciação da oferta do Curso de Doutorado em Ensino na Educação Básica do campus Vitória; 11. Processo 23187.000380/2015-31 – Apreciação da oferta do Curso de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional do campus Vila Velha; 12. Apreciação da oferta de curso em Manutenção de Sistemas Metroferroviários Integrado ao Ensino Médio (Campus Cariacica); 13. Apreciação da oferta do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (Campus Colatina); 14. Apreciação da oferta do Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio (Campus Vitória).** Informa que a reunião

anteriormente marcada para a próxima semana foi adiantada em função do evento da Reditec, destacando a grande quantidade de assuntos que devem ser analisados por esse Colégio. Abre o **item 2**, ressaltando a política de segurança da informação e passa a palavra para a professora Juliana do campus Vila Velha que ao cumprimentar os presentes dá detalhes sobre a política de segurança da informação institucional. Relata as atividades realizadas pelo grupo de trabalho e pelo comitê gestor provisório, ressaltando que a aprovação da política de segurança foi submetida ao fórum mas que, até o presente momento, não houve qualquer manifestação desse órgão. O diretor Roni esclarece que dentre as funções do comitê gestor provisório destacam-se: a atualização da política de segurança da informação, a proposição de regimento interno e a realização de treinamento e ou workshop com os servidores. Explica as diretrizes da política de segurança da informação, destacando a gestão de artigos, o controle de acesso e a área de pesquisa. Relata que o comitê provisório foi convidado para participar de mesa redonda na rede nacional de pesquisa com o intuito de apresentar os resultados dos trabalhos realizados institucionalmente. Anuncia a realização do treinamento de segurança da informação, destacando que, após o treinamento, serão selecionados 26 servidores como gestores da informação permanente. Solicita o apoio dos dirigentes para que a política da informação seja implementada e atinja o escopo desejado, ou seja, durante o workshop, a liberação dos servidores dos campi para 1 dia, mediante o investimento de diárias e passagens; no treinamento, a liberação necessária será de 5 dias, enfatizando que o treinamento já foi empenhado, restando marcar a data para a realização, que deve ser ainda em 2015. O dirigente Jean esclarece que o treinamento não é específico para a área de TI, assim, qualquer servidor do Ifes pode fazê-lo. O diretor Mauro solicita que essa solicitação seja encaminhada formalmente aos diretores-gerais, especificando, no memorando, quem serão os participantes. Destaca que o workshop deve ser realizado em novembro/2015, 3 semanas antes do treinamento. O Presidente relata que demandas que envolvem investimento e tempo, tais como, segurança da informação, economia de água e governança são prioridades institucionais. Enfatiza a necessidade e a intenção do Ifes de estar alinhado às normas infralegais que avançaram consideravelmente nos últimos anos. Abre o **item 1** e apresenta o diretor do Polo de Inovação Embrapii, Marcelo Lucas Pereira Machado, que participará das reuniões do Colégio de Dirigentes e do Fórum de Diretores-gerais, visto que o status que de Diretor de Polo é idêntico ao de Diretor-geral de campi. Destaca que a diretora da DGP, Danusa Simon Robers, foi aprovada em concurso para professora no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, enfatizando que já foi publicada a nomeação e que a servidora está prestes a entrar em exercício. Ressalta que será uma grande perda para o Ifes, pois sem dúvida alguma, a servidora Danusa tem grande conhecimento e experiência na área de Gestão de Pessoas. Informa que vai solicitar, junto ao Reitor do IFNM, a sessão da servidora Danusa para o Ifes, evitando assim, prejuízos e contratempos nas atividades realizadas pela DGP. Destaca que os dirigentes precisam se preparar, uma vez que muitos técnicos fizeram concursos para professores e para técnicos de outros níveis, enfatizando que, eventualmente, haverá perda ou mudança de função de servidor, trazendo alguma complicação. Em relação ao Simec, destaca o envio de solicitação para que os dirigentes se cadastrassem no sistema, destacando sua complexidade e a vontade do ministro em contar com alguns relatórios gerenciais. Relata que o sistema tem problemas, mas que, a partir de um núcleo inicial, está se desenvolvendo, destacando avanços na área gerencial, e enfatizando a necessidade de paciência no uso do sistema. Relata que todos os diretores-gerais estão cadastrados e que possuem senha para acessá-lo, destacando que, durante a Reditec irá se informar sobre outras acessos que deveríamos ter e repassar essas informações aos dirigentes. Informa a ação de diminuir a quantidade de usuários no sistema, pois se ninguém excluir o usuário, mesmo que não acesse o sistema, ele continua ativo. Destaca o prazo que foi dado prazo para se realizar o cadastro da

infraestrutura institucional, enfatizando a necessidade de se conhecer a rede, de se relacionar com as pessoas do Conif e da Setec, aproximando o Ifes desses órgãos. Revela o constrangimento ao se fazer solicitação de recursos ao MPOG, pois a partir de informações confrontadas, o ministério sistematicamente dá parecer contrário aos pedidos. Relata que nas reuniões sobre divisão de recursos no Conselho de Reitores, a distribuição não é justa, pois em 99 por cento das vezes, ela ocorre linearmente, fato que prejudica os Institutos maiores. Assim, destaca que para evitar essa situação, a Setec não mais admite a distribuição linear e tal posicionamento obrigou que o Conselho de Reitores iniciasse um trabalho junto ao Simec, ou seja, inserir, no sistema, a infraestrutura dos institutos, permitindo assim, que se tenha clareza e transparência sobre a situação da rede. Revela que, durante a implantação da primeira versão do sistema, qualquer dúvida será acompanhada de uma auditoria *in loco*, destacando que esse é um esforço inicial que, após implantação, dará resultados significativos para a gestão e para o planejamento. Destaca que a Setec precisa saber qual é o montante de recursos de infraestrutura mínima para o início de atividades de um campus, pois hoje não há como mensurar o quantitativo. Enfatiza que, a partir desse conhecimento, será possível estabelecer em conjunto com a Setec, um planejamento plurianual. O Presidente informa que o Sistec vai ter mudança ano que vem para possibilitar a identificação de aluno, ou seja, se é um aluno assíduo ou um CPF que está gerando recurso para a instituição. Relata que o próprio aluno vai se declarar como tal, sendo que o meio para isso ocorrer, inicialmente, será por meio de aplicativo, explicando que o aluno, uma vez por semestre, vai informar se está matriculado ou não. Destaca que, caso o aluno se esqueça de prestar as informações, haverá um sistema que cruzará os dados para resolver as questões pendentes, enfatizando que sistema similar já funciona no Pronatec. Relata que cada campus deve ter um interlocutor, visto que nem sempre os dirigentes estão disponíveis para fazer os trabalhos necessários, explicando que o interlocutor poderá substituir o diretor-geral, desta forma, deve ser alguém de confiança. O Pró-reitor Ademar relata que a solicitação de cadastro do interlocutor será idêntica a do diretor-geral, ou seja, via sistema. O Presidente destaca a importância dessas ações, enfatizando que não há “*as built*” e que por isso, quando inserirmos essas informações, teremos um quadro real da instituição. O dirigente José Orlandi relata que dados específicos dos campi serão inseridos pela Setec, por isso, o senhor Nilton sugere que esses dados sejam encaminhados por e-mail. O dirigente Ronaldo informa que esse assunto será abordado na Reditec, enfatizando que falta condições para se trabalhar na tabela de infraestrutura, por isso, é necessário um prazo maior. O Presidente solicita que os dirigentes preencham o que for possível, mas de maneira correta, uma vez que o acerto posterior é mais difícil. Informa a vinda de um grupo de alunos finlandeses para o campus Serra, destacando que três professores que foram a Finlândia para capacitação e intercâmbio serão convidados para relatar suas experiências no Colégio de Dirigentes. Informa que uma pesquisadora francesa chama Louise está desenvolvendo um interessante trabalho no Ifes, e que parte dele, consiste em dar aulas de francês. Destaca a participação do Reitor e dos diretores-gerais Ricardo Paiva e José Orlandi em um evento na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo que homenageou os professores, lamentando que, embora muitos merecem, não houve professores do Ifes sendo homenageados. O Presidente abre os **itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 14** e relata que uma série de processos tramitaram para Cepe e pela Câmara nesse ano, destacando os dados apresentados na planilha. A partir deles, relata que alguns cursos teriam uma dificuldade enorme em serem aprovados, cita como exemplo de inconsistências, a definição de carga horária mínima de curso, pois alguns estão muito acima, enfatizando que isso é prejuízo, inclusive para o aluno. Atualmente, a tendência é fazer uma carga horária de aulas menor, refazendo o processo de formação, uma carga horária maior é aparentemente interessante, mas não condiz necessariamente a uma maior aprendizagem, ou seja, é necessário o acúmulo contínuo de

conhecimento, mesmo após a formação. Relata que há uma tabela nacional de carga horária para cursos, por isso, não adianta aumentar a carga horária, pois os recursos serão disponibilizados de acordo com a tabela, o que ultrapassar esse valor será custo do campus. Ressalta que não há justificativa para se ter uma carga horária muito acima da mínima, pois poderemos prejudicar a instituição e os alunos. No que tange investimento, declara que não há possibilidade de assumir o compromisso, não se pode aprovar com uma proposta de investimento sem garantia de executá-la. Enfatiza a necessidade de se ampliar cursos e matrículas, pois os recursos da instituição são provenientes e em função do quantitativo de alunos. Diante desse cenário, questiona o porquê abrir uma turma de 36 e não de 40 alunos, justificando que a evasão fará o quantitativo diminuir, e que independentemente disso, não serão 4 alunos que vão influenciar a qualidade de um curso. Reconhece que, infelizmente, há laboratórios que não comportam muitos alunos, no entanto, admite que o custo de se manter de 36 ou 40 alunos é praticamente o mesmo. O dirigente Luiz Braz informa que alguns casos foram influenciados pela reprovação. O Presidente esclarece que se pensar na questão da reprovação na própria turma, pois sempre cai um pouco, em virtude da evasão, destacando que se deve buscar a eficácia, visto que, carga horária não define qualidade do curso. A Pró-reitora Araceli destaca que se deve respeitar o número de alunos determinados na resolução. O Presidente explica que o Conselho Superior autoriza o funcionamento, o turno, o número de vagas e a periodicidade das ofertas e que essas determinações não podem ser alteradas sem prévia aprovação do Conselho Superior, enfatizando que práticas informais não podem ser usadas, pois o Ifes tem regras específicas determinadas pelo seu Conselho. A pró-reitora Araceli relata que, dos cursos em pauta, a carga horária média das engenharias estão certas, o problema se resume aos integrados que poderiam trabalhar com 3000 horas e que estão, em alguns casos, muito acima, explicando a resolução para cursos técnicos. O dirigente Ricardo Paiva ao concordar com a exposição do Presidente, sugere que os cursos com carga horária acima do mínimo, não sejam aprovados. A Pró-reitora Araceli relata que essa questão é sempre abordada no Cepe e nas Câmaras, mas não há consenso, por isso, solicita que o Conselho Superior normatizasse a carga horária dos cursos técnicos, a fim de acabar com essa discussão. O dirigente Ricardo concorda, enfatizando que tal normativa permitiria corrigir os cursos que já foram aprovados. A Pró-reitora Araceli sugere elaborar uma proposta de documento e apresentar na próxima reunião, enfatizando que a graduação desde 2010 tem resolução específica, por isso não há problema. O dirigente José Orlandi relata que se deve levar em consideração a Portaria 25 do MEC. O dirigente Ronaldo expõe situações, como o trabalho das comissões de curso técnico, em especial a de administração, que objetiva reduzir a carga horária. A pró-reitora Araceli informa que essas comissões foram criadas para unificar os cursos e que estão sendo orientadas pelo diretor Pilon a reduzir as cargas horárias. O dirigente Ronaldo sugere que a orientação/sugestão deve partir da Proen, enfatizando que o MPOG é um grande dificultador, em virtude da definição de calendário somente em fevereiro do corrente ano. O pró-reitor Márcio relata que a Resolução 11/2015 pode ser revogada e ou alterada, uma vez que a parte relativa à pesquisa e à extensão tem que ser reformulada. O Presidente informa que há uma proposta em consulta pública para que a base nacional curricular comum do ensino médio em que a carga horária mínima, 60 por cento dela será comum, ressaltando que tal determinação implicará fortemente nos nossos cursos. Revela que gostaria que a rede federal tivesse avançado em uma proposta para o ensino médio, enfatizando que, apesar do Ifes ter ótimo resultado no Enem, é necessário discutir essas questões, tratando ensino, pesquisa e extensão em relação ao técnico. Revela que as ofertas de cursos propostas nessa reunião, já foram encaminhadas para edital. A pró-reitora Araceli revela que a carga horária do curso de Edificações está em 1638,5, muito acima da carga horária mínima de 1.200, sugerindo que os cursos cujas cargas horárias estejam acima do mínimo

sejam devolvidos, os demais prosseguem a tramitação. Além da carga horária, o Presidente destaca que se deve discutir o quantitativo de docente e técnico solicitado, enfatizando que as solicitações tornam inviável um comprometimento institucional, pois, não há como garantir o quantitativo solicitado, destacando que os concursos federais estão suspensos. O dirigente Ronaldo relata que se deve adequar ao quantitativo de 60 professores. O Presidente revela que o estoque de vagas é suficiente para garantir esse quantitativo, destacando que essa proposta é do Ifes e não do campus Guarapari. O Presidente destaca que as vagas que estão com o Ifes, podem ser disponibilizadas, outras não será possível por causa do decreto, enfatizando que, independente das vagas no banco de professores, os campi que tiverem RAP inferior a 15, não terão suas solicitações atendidas. Enfatiza que se o campus não tiver o RAP certo, que hoje é 15, sendo que o pretendido pela Setec é 18, não haverá possibilidade de solicitar professor e sem professor não se pode iniciar qualquer curso. Assim, revela o Presidente que é necessário saber quais demandas dos cursos são para o ano que vem, o que são para 2017 e para 2018. O dirigente Luís Braz relata que o campus Colatina não vai precisar de contratar novos professores, visto que o número atual de professores do campus é suficiente para a implementação e continuação do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio. O coordenador geral de ensino do campus Linhares, professor Renato Miranda informa que para o curso de Controle e Automação do campus Linhares serão necessários 3 novos professores para 2017, esclarecendo que o quantitativo está escalonado pela duração do curso. O Presidente afirma que não há possibilidade do Ifes se comprometer com a solicitação de docentes. O dirigente Ricardo informa que os professores solicitados para os cursos a serem ofertados pelo campus Vitória serão contratados a partir das vagas oriundas de aposentadoria. O dirigente Ronaldo revela que a tabela de professores do campus Linhares não está escalonada, relatando que a necessidade de 3 professores para 2017 deve ser avaliada com cuidado para não se criar um problema futuro. Sugere que o diretor-geral, formalmente, declare a não necessidade de novas vagas para que assim se evite problemas futuros. O coordenador Renato relata que uma das vagas solicitadas está prevista para o próximo concurso. A pró-reitora Araceli relata que a partir da próxima reunião, se os dirigentes quiserem, pode trazer o quantitativo de vagas de professores escalonada pela duração do curso, advertindo, no entanto, que não fará diferença, uma vez que, quando o curso atingir o período de disponibilização de vagas, o Ifes terá de liberar, sugerindo que o campus se comprometa com o remanejamento interno de vagas. O Presidente sugere que se aproveite a situação para se elaborar uma proposta que seja institucionalmente mais segura, revelando que o professor Eros do campus Cachoeiro criou um sistema que pode ajudar o Ifes em seu planejamento a longo prazo. Revela que o sistema basicamente se compõe em uma série de planilhas em que se insere cada disciplina e cada semestre e que, a partir desses dados, vai inserindo os professores necessários, possibilitando realizar uma previsão de até 20 anos. Solicita que dois diretores analisem esse sistema/planilha, preenchendo-a e avaliando sua praticidade, e caso seja comprovado, o Ifes poderá adotá-la, visto a segurança institucional que proporcionará. Os dirigentes Luiz Braz e José Orlandi se comprometeram em testar a planilha elaborada pelo professor Eros. O dirigente Carnielli revela seu espanto pelo fato dos processos de cursos serem encaminhados para o Colégio de Dirigentes sem a garantia de professores. A pró-reitora Araceli revela que as câmaras não querem se indispor com os campi, por isso aprovam os processos. O Presidente enfatiza que cabe ao Colégio de Dirigentes analisar a pertinência ou não das ofertas de curso em função do quantitativo de professores e investimentos, uma vez que não há como exigir isso do Cepe. O dirigente Welliton sugere que, na próxima reunião, os campi possam defender as ofertas de cursos e as solicitações de vagas para docentes. O Presidente enfatiza a necessidade de se elaborar um planejamento plurianual das vagas,

destacando que se não houvesse a proibição de concurso seria mais simples, pois de acordo com a planilha da Setec, o Ifes não tem problema com o quantitativo de professores e de técnicos. Ressalta, no entanto, a preocupação em conseguir código de vagas a partir do RAP, esclarecendo que, a partir do preenchimento da planilha, o Ifes saberá onde está o problema. A partir de um questionamento do dirigente Ronaldo, a pró-reitora Araceli informa que todos os cursos foram divulgados em edital e expõe a incerteza de não se ofertar o curso a partir da publicação do edital. O Presidente revela que se deve ofertar o curso. A pró-reitora revela que os cursos dos campi Colatina e Serra podem ser aprovados, pois ambos não apresentam quaisquer problemas. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a oferta dos cursos Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio do campus Colatina e do Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Concomitante ao Ensino Médio do campus Serra. O coordenador Renato solicita que o professor Erlon apresente a proposta do curso de Controle e Automação do campus Linhares, revelando que o campus Linhares é o único que ainda não possui curso superior. Reconhece a dificuldade atual da instituição, mas reitera a necessidade de se aprovar o curso, pois caso contrário, os alunos formados do ensino médio serão encaminhados para as faculdades particulares. O Presidente relata a impossibilidade de atender o pedido do campus. O dirigente Hermes aprova a planilha, enfatizando a necessidade de saber o quantitativo de docentes e técnicos dos campi, ressaltando o não recebimento, por parte do MEC, do número proporcional de técnico-administrativos. Ao ser questionada pelo dirigente Lodovico sobre erro no valor total de investimento do campus Viana, a pró-reitora Araceli esclarece que o valor foi retirado do PPC do curso. O diretor Mauro relata que as informações devem ser padronizadas, bem como a apresentação dos dados, sugerindo que, no caso de vagas, o diretor-geral assumira a responsabilidade em disponibilizá-las. O dirigente Hermes sugere identificar o RAP nas informações sobre o curso. O pró-reitor Renato Tannure informa que analisou os projetos dos dois primeiros cursos cujas aprovações foram condicionadas a alterações posteriores, mais especificadamente à cláusula da PNE. Revela que a não inclusão foi justificada, no entanto, destaca que essa opção vai ter impacto na avaliação do curso. Explica o que deve ser analisada na extensão, destacando os pontos falhos, e alerta para a falta atenção na elaboração do projeto. O Presidente detalha como é realizado um projeto de curso. O Colégio de Dirigentes preocupando-se com as condições atuais dos projetos, as quais, em razão da delicada situação econômica nacional cujos impactos podem prejudicar ou até mesmo inviabilizar a implementação dos cursos, solicita que os seguintes projetos sejam readequados: **Técnico em Manutenção de Sistemas Metroferroviários do campus Cariacica**: 1. Avaliar a matriz curricular do curso com o intuito de reduzir a carga horária para atender ao art. 27 da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e ao art. 5º da Portaria nº 25, de 13 de agosto de 2015 – DOU de 25/08/2015, Reavaliar o investimento de R\$ 1.700.000,00 e informar apenas o valor necessário para o funcionamento do curso. **Engenharia de Controle e Automação do campus Linhares**: 1. O campus deverá avaliar a real necessidade de contratação de 14 (quatorze) docentes e de 4 (quatro) técnicos administrativos e informar qual o impacto de uma possível não contratação para o funcionamento do curso. 2. O campus deverá reavaliar o investimento de R\$ 781.209,61 e informar apenas o valor necessário para o funcionamento do curso. **Técnico em Meio Ambiente Concomitante ao Ensino Médio do campus Nova Venécia**: contratação de docentes. Avaliar a real necessidade de contratação de 2 (dois) docentes e informar qual o impacto de uma possível não contratação para o funcionamento do curso. **Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio do campus Vitória**: 1. Avaliar a matriz curricular do curso com o intuito de reduzir a carga horária para atender ao art. 27 da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e ao art. 5º da Portaria nº 25, de 13 de agosto de 2015 – DOU de 25/08/2015. 2. Avaliar a real necessidade de contratação de 3 (três) docentes e informar qual o

impacto de uma possível não contratação para o funcionamento do curso. **Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio do campus Viana:** Avaliar a matriz curricular do curso com o intuito de reduzir a carga horária para atender ao art. 27 da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e ao art. 5º da Portaria nº 25, de 13 de agosto de 2015 – DOU de 25/08/2015. 2. Reavaliar o investimento de R\$ 33.000.000,00 e informar apenas o valor necessário para o funcionamento do curso.

Curso de Engenharia Mecânica do campus Vitória: 1. O campus deverá avaliar a real necessidade de contratação de 6 (seis) docentes e de 1 (um) técnico administrativo e informar qual o impacto de uma possível não contratação para o funcionamento do curso. 2. O campus deverá reavaliar o investimento de cerca de R\$ 2.000.000,00 e informar apenas o valor necessário para o funcionamento do curso.

Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio do campus Vitória: avaliar a matriz curricular do curso com o intuito de reduzir a carga horária para atender ao art. 27 da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e ao art. 5º da Portaria nº 25, de 13 de agosto de 2015 – DOU de 25/08/2015. O dirigente Welliton convida a todos para evento no campus Nova Venécia que contará com a participação do ex-ministro Patrus Ananias, revelando que será uma semana integrada de mineração, ciência e tecnologia, com participantes do DMPN, a ser realizada entre os dias 3 e 7 de novembro, destacando que encaminhará o convite por e-mail. O dirigente Ronaldo sugere que os dirigentes reflitam como deve-se comportar na Reditec, uma vez que haverá contato direto com o MEC, enfatizando a importância de se fazer abordagens às autoridades presentes com o intuito de apresentar os problemas dos campi. Revela que, em virtude dos problemas financeiros, 3 empresas credoras estão indo constantemente cobrar por serviços no campus Guarapari, criando uma situação constrangedora. Reconhece o essencial trabalho realizado pelo pró-reitor Lezi, que consiste em priorizar pagamentos por causa do orçamento contingenciado. Sugere que essas situações sejam expostas na Reditec com o intuito de encontrar soluções para os problemas atuais. O Presidente considera pertinente a proposta de conversar na Reditec, mas alerta para a situação. Relata que o quadro econômico não sofreu alteração, destacando que a arrecadação não é suficiente, e questiona, diante desse quadro, qual será o benefício para o Ifes de uma manifestação de seus dirigentes. Passa a palavra para o professor Erlon, responsável pelo projeto do curso de Controle e Automação do campus Linhares. O professor Erlon explica a estruturação do campus, apresentando os cursos técnicos do campus. Relata que esse projeto é baseado na grade curricular do curso existente no campus Serra e que terá a entrada anual de 32 alunos e será integral. Diante desse cenário, destaca que o planejamento ideal necessitará de 14 professores que também responsabilizar-se-ão por mais um curso de graduação em engenharia. Ressalta que, a partir da nova proposta, não haverá necessidade de contratação em 2016, mas sim, a partir de 2017. Enfatiza que será a única oferta de curso de engenharia público na região. O pró-reitor Renato Tannure sugere que os projetos dos cursos técnicos do campus Linhares sejam adequados às cargas horárias para que assim haja sobra de recursos para se usar na engenharia. O Presidente destaca que se a proibição de concursos for válida para 2016, na melhor das hipóteses, o curso só teria professores no segundo semestre de 2017. O professor Erlon relata que a carga horária de engenharia é maior que a dos cursos técnicos, destacando que, caso a entrada dos professores, não obedeça o planejamento, as aulas poderiam ser suspensas até se regularizar a situação. O coordenador Renato informa que o RAP do campus Linhares é 13,80 e com a implementação do curso passaria para 13,90. O dirigente Moacyr informa que o campus Santa Teresa não participará da Reditec por causa da falta de recursos, destacando que depois do problema de chuva, agora é a seca que tem proporcionado incêndios nas florestas. O Presidente solicita para aqueles que não forem à Reditec que avisem ao Raoni. O Diretor Mauro relata os problemas para a aprovação de viagens no Scdp, destacando que os problemas são do sistema. Relata também as dificuldades dos campi do interior para aprovação de

obras, destacando que às vezes os dirigentes fazem um acordo com o Reitor, mas que não é comunicado à diretoria executiva. Informa que a partir de hoje todas as autorizações para início de obra ou aditivo, ou até mesmo aquisição de equipamento de alto valor, serão autorizadas apenas pelo Reitor, mediante manifestação formal ou por telefone. Revela que essas instruções já são de conhecimento dos diretores administrativos dos campi. Informa que a partir de decreto federal haverá alterações na conta de telefone celular, explicando que até o presente momento a conta é única. No entanto, revela que essa lei estipula limites para gastos com celular, ou seja, o limite para o reitor será de R\$ 300,00 e para os diretores-gerais, R\$ 150,00; enfatizando que os valores que extrapolarem esse limite serão de responsabilidade do usuário, a partir da identificação dos gastos pessoais e ressarcimento ao tesouro por meio de uma GRU. O Presidente informa que as despesas que forem oriundas de serviço não vai ser pago, mas o que for particular, deverá ser pago, explicando as situações. Destaca que até o limite não se discute, passando dele, desde que haja uso particular, deve-se identificá-los e ressarcir o erário por meio de GRU. O diretor Mauro revela que uma conta reduzida será encaminhada aos diretores-gerais para controle, explicando, posteriormente, como será realizado o pagamento por meio da GRU. Compromete-se a encaminhar o decreto, o link e o código por e-mail, destacando que a diretoria executiva possui a identificação do usuário do número telefônico. O Presidente abre os **itens 9, 10 e 11** e passa a palavra para o pró-reitor Márcio Có que ressalta que das três propostas, duas estão sendo apreciadas pela Capes e a outra já foi aprovada, ou seja, o Mestrado Profissional em Química. Divulga que esse curso será semipresencial e que das 20 instituições participantes, somente o Ifes é representante dos institutos federais. Relata que a finalidade é formação de professores de química do ensino básico, sendo a promotora a IFRJ. Destaca que a proposta foi aprovada a capes, entrando na primeira remessa de polo, ressaltando que o processo de submissão é rápido e que a previsão de início é 2016/1 com 30 vagas, destacando ser esse o nono mestrado institucional. O Presidente relata a tramitação do mestrado em rede profissional em rede em que a Capes está relutante em o Conif como unidade gestora em virtude da pouco produtiva experiência com a Andifes, assim, caso a Capes não aprove o Conif, o Ifes pode passar a ser a unidade gestora em vez de ser somente um polo. A partir do questionamento do dirigente Carnielli, a dirigente Denise destaca que a Capes oferece bolsa para estudante, mas como até o presente momento não houve uma reunião sobre os recursos a serem disponibilizados, não pode responder sobre a possibilidade de bolsas. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a oferta do Curso de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional do campus Vila Velha. O Presidente relata os problemas com a UAB, destacando que além de não receber os recursos desse ano, há a possibilidade de não receber nada ano que vem, situação que trará problemas na continuidade dos cursos. Revela que há discussões para se chegar a uma solução, enfatizando que, de acordo com o discurso do Ministro, haverá alterações do Pibid, ficando por conta da instituição a formação de professores, e também restrições na UAB. Revela que em conversa com o Cefor foi exposto a necessidade de repensar nossos cursos caso haja intenção do Ifes ofertá-los por conta própria, destacando que, nesse caso, haverá um ganho significativo no Rap. A pró-reitora Araceli divulga que os cartazes dos cursos superiores já estão disponíveis da CSO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.